

'Agenda perdida' tenta influir no debate eleitoral

Sebastião Moreira/AE

Grupo coordenado por Scheinkman elabora proposta que contraria discurso de candidatos

FERNANDO DANTAS

RIO – Uma “agenda perdida” de política econômica e social acaba de entrar na campanha presidencial. Elaborada por um grupo de 17 economistas e cientistas sociais, a pedido de José Alexandre Scheinkman, a agenda é um documento de 50 páginas com propostas de política econômica e social muito diferentes das que vêm sendo divulgadas pelos candidatos à presidência da República. Scheinkman, economista da Universidade de Princeton, está assessorando Ciro Gomes e deve tentar convencer o candidato a incorporar, no programa, elementos da agenda. O grupo de participantes, porém, deixou claro que o documento é apartidário, e será entregue a todos os candidatos e aberto ao público no site do Instituto de Estudos de Economia e Sociedade (Iets), sediado no Rio.

O documento foi batizado de “A Agenda Perdida: Diagnósticos e Propostas para a Retomada do Crescimento com

Maiores Justiça Social”. O principal organizador e redator, o economista Marcos Lisboa, da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), explica que o nome é uma referência ao fato de a visão, o diagnóstico e as propostas do grupo estarem praticamente ausentes das plataformas dos quatro principais candidatos à Presidência da República (a exceção é a reforma tributária).

Entre os nomes mais conhecidos que compõem o grupo estão o ex-presidente do Banco Central (BC) Affonso Celso Pastore; o economista-chefe do Banco Nacional de Desenvolvimento



Scheinkman: assessor econômico de Ciro reuniu grupo de acadêmicos, mas a condição foi a de fazer um trabalho apartidário.

■ Estender o programa Bolsa Escola para adolescentes, sobretudo nos grandes centros urbanos.

■ Criar critérios de desempenho das políticas sociais, com a realização de avaliações periódicas dos programas em curso, que meçam seu impacto sócio-econômico.

■ Aumentar a punição dos crimes com ameaça à vida e do porte ilegal de armas.

O conjunto completo de sugestões do grupo de economistas e cientistas sociais está em boa parte ligado ao que seus autores chamam de “agenda microeconômica”. Há também todo um conjunto de iniciativas a serem tomadas na área social (ver reportagem nesta página).

Quando falam da microeconomia, os economistas referem-se ao universo da legislação e da regulação, das regras que governam os mercados e os agentes econômicos, e dos incentivos que estes últimos recebem ou deixam de receber dentro da moldura institucional, legal e regulatória em vigor. A agenda microeconômica inclui mudanças profundas na Justiça e nas regras tribu-

tárias, trabalhistas, previdenciárias e de crédito.

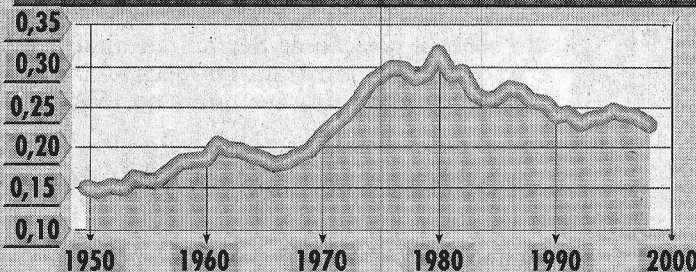
Sob esse ponto de vista, na visão dos autores, o Brasil é extremamente defeituoso, o que leva a um aleijão sistêmico

na competitividade das empresas brasileiras. A necessidade de iniciar um processo de reformas microeconômicas é um refrão muito repetido nos últimos tempos por importantes membros da equipe econômica de Fernando Henrique Cardoso, como o presidente do Banco Central (BC), Armínio Fraga. Curiosamente, porém, essa agenda aparece muito pouco na plataforma do candidato governista, José Serra (PSDB).

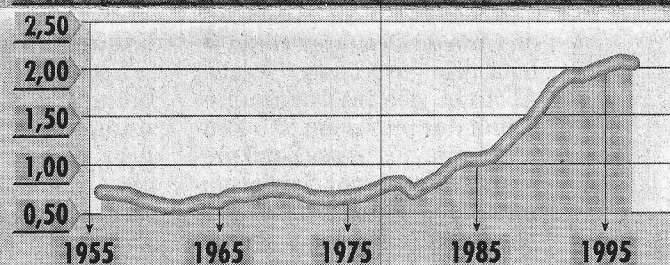
■ * Também participaram da elaboração do documento o próprio Scheinkman e Aloísio Araújo (EPGE e IMPA), André Urani (Iets), José Márcio Camargo (PUC-Rio), Leandro Piquet Carneiro (USP), Maria Cristina Pinotti (sócia de Pastore), Maria Cristina Trindade Terra (EPGE), Náercio de Aquino Menezes Filho (USP), Pedro Cavalcanti (EPGE), Pedro Olinto (IFPRI), Reynaldo Fernandes (USP), Rozane Siqueira (FGV) e Samuel Pessoa (EPGE).

BRASIL FICA PARA TRÁS

A renda per capita brasileira em relação à dos Estados Unidos (em % por habitante)



A renda per capita da Coreia em relação à brasileira (em % por habitante)



Fonte: Heston, Summers e Aten (2001)

ArtEstado

Econômico e Social (BNDES), Armando Castelar Pinheiro, e o diretor da área de pesquisa social do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Ricardo Paes de Barros (*).

Algumas das principais propostas defendidas pelo grupo de economistas e cien-

tistas sociais são: ■ Manter os níveis atuais de superávit primário do setor público consolidado, enquanto não houver redução substancial e duradoura do risco Brasil; manter o câmbio flutuante e as metas de inflação; institucionalizar regras e procedimentos fiscais e o objetivo de manter a estabilidade da moeda. ■ Substituir progressivamente os impostos indiretos por um imposto de valor agregado; substituir a contribuição previdenciária sobre o salário mínimo por um imposto sobre valor agregado, em uma primeira etapa, para estimular a formalização do emprego nas camadas de baixa renda; posteriormente, estender essa substituição para todas as contribui-

ções dos trabalhadores e outros encargos da folha salarial.

■ Isentar de impostos indiretos os produtos exportados.

■ Deslocar a negociação trabalhista da Justiça do Trabalho para as empresas e os sindicatos de trabalhadores; reduzir o poder da Justiça do Trabalho de dirimir conflitos entre as partes envolvidas, transferindo essa função para sistemas de mediação e arbitragem, pública e privada.

■ Fazer negociações comerciais internacionais que não privilegiem nenhum bloco econômico e tragam concessões reais das economias mais avançadas; estimular o aumento da corrente de comércio (exportações mais importações), e não do saldo comercial; rever as tarifas de importação levando em conta sua influência nos custos da produção doméstica.

■ Estabelecer uma política

pública de ciência e tecnologia que defina áreas de prioridade, em função do potencial científico nacional e de sua importância para a economia e a sociedade.

■ Reformular a Lei de Falências e Concordatas, permitindo que os credores controlem as empresas concordatárias ou em processo de falência e evitem práticas preda-

tórias; incentivar a melhoria das centrais de informação de crédito; agilizar a cobrança de passivos trabalhistas e

fiscais; simplificar as ações contra devedores inadimplentes e viabilizar a execução das garantias.

■ A médio prazo, transição para um sistema unificado de Previdência (de funcionários público e da iniciativa privada), com contas individuais e garantia de renda mínima para os aposentados pobres.

**QUE
IMPORTA É
EXPORTAR E
IMPORTAR**

